



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Macaé  
Macaé Capital da Energia  
Lei Estadual nº 10.178 de 09.11.2023



# **ANÁLISE DO RECURSO AUTOLOC**



**Recurso Administrativo ao Pregão  
Eletrônico nº 002/2025. AUTOLOC  
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS  
AUTOMOTORES LTDA.**

Trata-se de recurso interposto pela empresa **AUTOLOC LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA** contra a decisão da Comissão Pregoeira no procedimento licitatório correspondente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2025 cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na eventual prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista para os veículos do tipo sedan e Pick-Up e com motorista para veículos pesados do tipo Van, com quilometragem livre, seguro total sem franquia e com manutenção preventiva e corretiva para atender as necessidades legislativas e administrativa da Câmara Municipal de Macaé.**

**1. DAS PRELIMINARES**

**1.1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

Considerando que a última sessão foi realizada no dia 19 de maio de 2025.

Considerando o disposto no item 19 do instrumento convocatório correspondente;

Considerando que ao finalizar o Pregão Eletrônico nº 002/2025, no sistema Comprasgov, foi identificado a manifestação de intenção de recurso, com as seguintes datas estabelecidas pelo sistema:

- Data limite recurso: 22/05/2025
- Data limite contrarrazão: 27/05/2025
- Data limite decisão: 13/06/2025

Assim, considera-se **tempestivo** o presente recurso, conforme preceito legal, em decorrência de sua manifestação no sistema Comprasgov, verificado em 22/05/2025.

**1.2. DA LEGALIDADE**

A *recorrente* participou da sessão pública no dia 12/05/2025, ao qual após a fase de lances, tendo como vencedora dos itens 1, 2 e 3 a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, declarada habilitada.

Sendo assim, no caso específico do recurso, trata-se de tentativa de mudança da decisão por parte da Comissão Pregoeira quanto a habilitação da empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA.



Portanto, legítima se mostra sua pretensão.

### 1.3. DAS FORMALIDADES LEGAIS

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que o recurso impetrado pela empresa **AUTOLOC LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA**, encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

**Superada a análise dos requisitos de admissibilidade, legítima se mostra a interposição do presente recurso. Assim passa-se a análise dos fatos, atribuindo ao mesmo à eficácia suspensiva.**

### 2. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A recorrente apresentou recurso com as seguintes motivações a seguir:

"A licitante FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, ao momento do encerramento do prazo de apresentação das propostas (09/05/2025), não possuía o capital social mínimo exigido pelo subitem 18.3.4 do Edital, que determina comprovação de capital social mínimo de 10% do valor estimado da contratação, na data de apresentação da proposta.

Contudo, verificou-se que, na referida data, o capital social da licitante era de apenas R\$ 411.651,76, valor inferior ao estipulado pelo instrumento convocatório. A regularização da exigência somente ocorreu posteriormente, em 13/05/2025, com a alteração do contrato social da empresa, fato esse que se deu após o encerramento do prazo de apresentação das propostas.

Tal conduta caracteriza a apresentação de fato novo em momento processual indevido, em desrespeito ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, previsto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a licitação deve ser conduzida estritamente conforme os termos do edital. Além disso, infringe o **princípio da isonomia** entre os licitantes (art. 5º, inciso IV), na medida em que concede indevido tratamento favorecido à empresa que não atendia, na data correta,





aos requisitos habilitatórios estabelecidos de forma clara e objetiva.

O atendimento extemporâneo ao requisito do capital social mínimo constitui vício insanável, pois a exigência do edital visava comprovar, no momento oportuno, a capacidade econômico-financeira da empresa para execução do contrato.

A aceitação de documentos apresentados após a fase de habilitação afronta, ainda, o disposto do art. 63, §1º, da Lei 14.133/2021, que veda a inclusão de documentos ou informações que deveriam estar disponíveis na fase própria.

Diante do exposto, resta evidente que a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA não cumpriu com os requisitos de edital no momento devido, devendo ser inabilitada do certame, a fim de preservar a legalidade, a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

### III - FORTES INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO FRAUDULENTA POR GRUPO ECONÔMICO.

Fortes indícios que a licitante FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA possui vínculo econômico e familiar com outra participante, PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA, ambas sediadas no mesmo endereço, com vínculo familiar direto entre os sócios.

Essa prática viola expressamente os subitens 7.5 e 9.1.5 do Edital, bem como o artigo 14, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Pelos fatos acima descritos e pela evidente violação aos princípios da isonomia, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório, requer-se a imediata desclassificação da empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, conforme prevê o edital e a legislação vigente.

### IV- DO PEDIDO



Diante do exposto, requer a esta Comissão de Licitação:

1. A desclassificação imediata da empresa FREITAS E PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA;
2. Anulação de todos os atos praticados em favor da referida empresa;
3. Prosseguimento do certame com os demais licitantes regularmente habilitados;
4. A adoção das providências administrativas cabíveis para apuração das irregularidades cometidas.

Nestes termos,

Pede deferimento."

### 3. DAS CONTRARRAZÕES

Insta informar que cumprida todas as formalidades legais, e aberto o prazo para interposição de contrarrazões nos limites previstos em Lei, findando em 27/05/2025 (terça-feira), a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, apresentou contrarrazões anexando no Comprasgov documento dentro do prazo legal estabelecido, com a intenção de rebater o recurso ora proferido pela empresa CONFIANZA TRANSPORTES LTDA, com os seguintes argumentos apresentados:

"1- Conforme pode ser observado e comprovado pelas assinaturas digitais, a 5 alteração contratual da empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA** aonde houve a mudança societária e um aumento de capital no dia 09-05-2025 e seu registro se deu no dia 13-05-2025 por conta de procedimentos burocráticos da própria Jucerja e nada tem haver com a licitação acima e conforme previsto no termo de referência item 4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 4.1.3.2. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.** Nesse caso atendemos o Termo de referência. Apenas para embasar juridicamente e não restar dúvidas, importante ressaltar que, **os atos de alteração no contrato social produzem efeitos a partir da data em que foram praticados (09/05/2025,** se levados a registro nos 30 (trinta) dias seguintes, ou da data do registro, no caso de inobservância deste prazo. Inteligência





dos arts. 1.150 e 1.151 do Código Civil e 36 da Lei n. 8.934/1994.

2-Que o aumento de capital foi feito em moeda corrente pelo novo sócio conforme descrito na própria 5ª alteração social e não tem nenhum vínculo com o acumulado no balanço registrado.

*Data vênua*, a inclusão de sócio e por conseguinte aumento de capital social comprova claramente se tratar de uma empresa robusta que merece investimento, demonstrando de pronto a sua capacidade de gerir um contrato público, corroborando com o princípio da transparência que irá permitir lisura ao administrador público com a certeza do cumprimento do contrato licitado.

3-Que a empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA**, e o seu sócio Douglas Rodrigues Ferreira de Souza não detém nenhum vínculo familiar e nem econômico com a empresa **Porto & Porto Locações de Automóveis Ltda** ou seus sócios.

Não é por se tratar de um mesmo sobrenome que trata-se de mesmo dono, fico imaginando se fosse um sobrenome SILVA, quantas probabilidade teríamos?

4-Que a empresa **FREITAS E PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA**, está sediada no 3 (terceiro) andar sala 302 de um prédio que tem 49 (quarenta e nove) unidades aonde existe várias empresas e também a empresa **Porto & Porto Locações de Automóveis Ltda** localizada no térreo na loja 02.

A má fé nas argumentações beiram o ridículo, pois as fotos juntas comprovam que trata-se de um **PRÉDIO COMERCIAL**, composto de salas e lojas, onde até mesmo um ente público pode locar uma sala.

5-Que é lícito qualquer pessoa a qualquer momento que seja transacionar seus bens com qualquer pessoa que seja e pelo valor que lhe convém. E vamos além, pode ainda ser doado. A única exigência que a Lei impõe é o pagamento dos tributos devido, o que sempre foi feito.



6-Que conforme a legislação atual é lícito uma empresa de pequeno porte apresentar suas certidões em até 05 (cinco) dias quando for solicitado pelo pregoeiro.

O edital em seu item 8.2 diz:

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do Câmara Municipal de Macaé, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7-Que a empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA**, não tem nenhum poder para parar o sistema compras Gov., deixar escrito a indignação com quem cria fatos a ponto de colocar a credibilidade de uma ferramenta utilizada pelo Governo Federal.

8-Que a empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA**, apresentou sua documentação por e-mail por conta que pegou fogo num poste perto da empresa aonde deixou uma boa parte da cidade de Cabo Frio sem internet, e também foi colocado no chat pelo pregoeiro que os participantes que estivessem com problemas para anexar no sistema poderia fazer por e-mail e forneceu o endereço, segue matérias jornalísticas.

<https://rLAGOSnoticias.com.br/casos-de-policia/video-mostra-o-momento-em-que-pega-fogo-destroi-fiaco-es-e-cao-a-panico-no-centro-de-cabo-frio/amp/>

<https://guiaregiaodoslagos.com.br/cabo-frio-fogo-em-poste-no-centro-causa-panico-entre-moradores/>

<https://odia.ig.com.br/cabo-frio/2025/05/7054944-poste-pega-fogo-no-centro-de-cabo-frio-e-assusta-moradores.html>

<https://www.cic7noticias.com/cabo-frio/poste-pega-fogo-na-avenida-nossa->





senhora-da-assunção-e-interdita-transito-  
em-cabo-frio-veja-o-video/

Ora, se trata de um ato discricionário do pregoeiro, ou seja, em direito administrativo, é aquele no qual a lei confere à Administração Pública uma margem de liberdade para escolher a solução mais adequada para atender ao interesse público, dentro dos limites legais. É diferente de um ato vinculado, onde a lei estabelece de forma precisa o que a Administração deve fazer.

10-Que a empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA**, apresentou p atestado técnico conforme a legislação prevê.

Vale frisar que, a mesma indignação exposta no recurso sobre qualquer incoerência, vale para qualquer falsa imputação, eis que todos somos iguais perante as Leis e delas serão intercaladas e punidos se crime for cometido.

#### **IV- Do Pedido**

Temos plena certeza de termos atendido as exigências do edital e que a análise da nossa proposta e documentação, ocorreram de forma legal pelo Sr. Pregoeiro e sua equipe de apoio, tanto que fomos considerados vencedores e habilitados.

As empresas recorrentes, visam apenas nos inabilitar para que elas sejam convocadas e assim tornarem vencedoras do certame, onde todos os argumentos foram infundados.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos, caso ache necessário. Diante do exposto, reafirmamos a plena capacidade técnica, econômica e financeira da empresa **FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA** para executar o objeto licitado e assim REQUEREMOS:

1-Seja recebida a presente contrarrazões;  
2-Seja negado provimento, aos recursos apresentados pelas empresas: **O.L. Caldas Serviços e Soluções Ltda, Autoloc Locações de Veículos Ltda** e a **Confianza Transportes Ltda** que visam tumultuar o processo licitatório e inabilitar nossa empresa;

N





3-Mantenha a decisão de classificação e habilitação da empresa **FREITAS E PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Confiantes na boa acolhida à solicitação aqui apresentada, ratificamos, nesta oportunidade, protestos de consideração e apreço.

#### 4. DO MÉRITO

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o procedimento licitatório, na modalidade Pregão, rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 026/2023, Resolução CMM nº 2019/2023 e suas alterações posteriores. Dessa forma, a Diretoria de Licitações e Contratos, Comissão Pregoeira e o Pregoeiro desta Casa Legislativa, zela pelos cumprimentos das legislações vigentes aplicáveis ao tema, bem como, pelos princípios que regem as licitações.

Ressalto, que devemos respeitar o devido rito do processo legal, sem extrapolar as suas fases, em consonância com o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Desta forma, passamos a análise das argumentações apresentadas pela recorrente:

Antes de adentrar a análise do recurso, registro informe do próprio sistema Comprasgov, que na data 09 de maio de 2025, o sistema apresentou instabilidade, onde se pode comprovar através do link <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/comunicados/2025/n-o-10-25-instabilidade-no-sistema-compras-gov-br-e-gov.br>, destacando os seguintes pontos do comunicado:

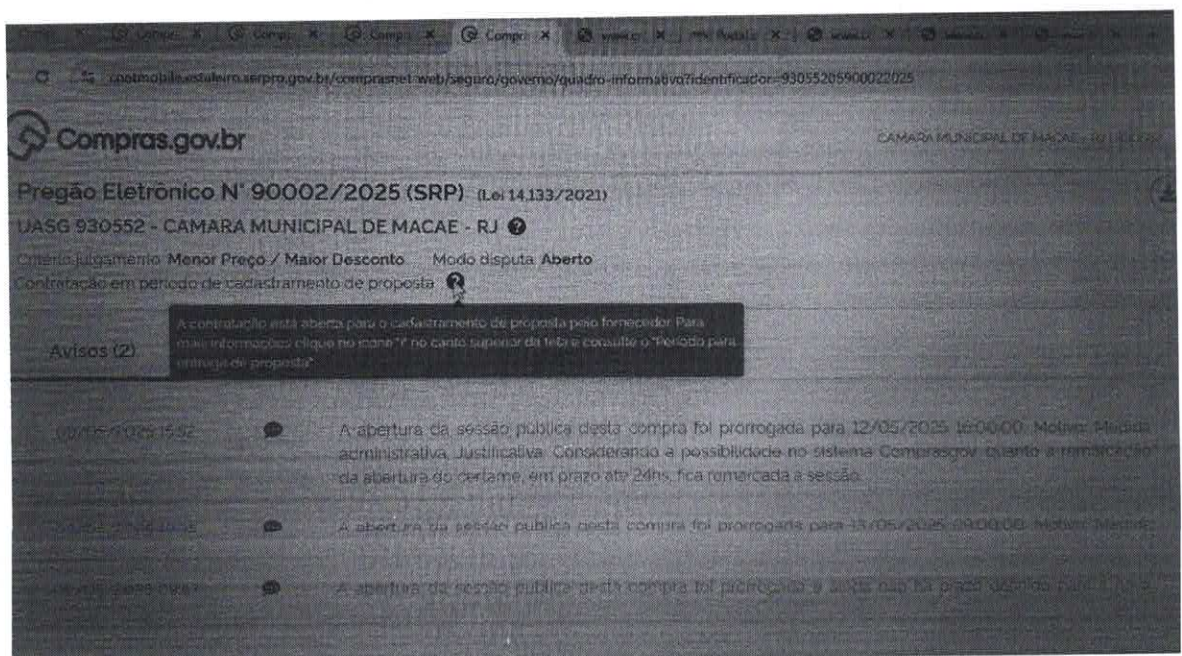
N



"Prezados usuários,

Em 9 de maio de 2025, ocorreram instabilidades no sistema Compras.gov.br que eventualmente podem ter impactado os processos licitatórios abertos durante esse período. Como medida preventiva, foram suspensos os certames agendados nesta data com abertura a partir das 09:57. Também foram suspensas todas as compras que estavam em andamento no horário da execução da rotina e todas as compras que ainda não abriram a sessão pública até as 12:00. Compras com abertura de sessão pública previstas após esse horário não sofreram interferência. Após o reestabelecimento do sistema, os agentes de contratação deverão reagendar a abertura conforme sua conveniência, com a devida comunicação dos licitantes envolvidos."

Destaco, inclusive que o sistema possibilitou a inserção de novas propostas de empresas interessadas em participar do certame, conforme registro:



Sendo assim, o prazo limite para inserção de propostas, estaria alterado para a data limite do dia 12 de maio de 2025.

9





Em análise as razões recursais, informo que a alteração do contrato social, por si só, não inviabiliza a participação na licitação, desde que a documentação apresentada como parte da habilitação (documentos societários, etc.) continue a refletir a realidade da empresa e não afete a capacidade de cumprir os requisitos da licitação.

Sendo assim, em busca da data inicial do lançamento da proposta pela empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, e sendo de conhecimento de todos que utilizam o sistema, que no momento de inserção da proposta a licitante deverá registrar correlatamente com a marcação de que declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital e Termo de Referência.

Desta forma, este Pregoeiro entende que a empresa deveria ter os 10% do Capital Social, no momento da apresentação da proposta de preços, vez que, o lançamento foi realizado em 06/05/2025 12:58, tendo a alteração do contrato social somente realizada no dia 09 de maio de 2025.

Em tempo, quanto ao questionamento do mesmo grupo econômico e familiar com a empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA, destaco que a empresa apresentou a proposta no sistema e respectivamente declarou o atendimento as condições de habilitação, em **07/05/2025 às 17:20**.

Sendo assim, pode ser verificado que no momento do cadastro da proposta, bem como, as confirmações quanto as declarações para participação do certame, de fato, as duas empresas pertenciam ao mesmo grupo familiar, haja vista, que a alteração contratual da empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA foi realizada somente no dia 09 de maio de 2025.

Desta forma, considerando que no momento da inserção da proposta, as empresas realizaram a devida marcação no sistema, declarando o pleno atendimento ao instrumento convocatório, não resta outra alternativa a este Pregoeiro, ao qual realizar a devida desclassificação da proposta da empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA, em atendimento ao disposto no item 7.5 do edital, *in verbis*:

"7.5. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

Sendo assim, utilizando-se do princípio da autotutela, este Pregoeiro irá rever seus atos praticados, e inabilitar a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, pelas análises realizadas ao recurso e contrarrazão.

Em tempo, em relação a proposta da empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA, destaco que restou comprovado durante a análise recursal, que





no momento de cadastramento das propostas as empresas pertenciam ao mesmo grupo familiar, sendo assim, resta a este Pregoeiro desclassificar a proposta apresentada, que deverá ser realizada somente após a remarcação da continuidade do certame, com o fito de garantir o contraditório e ampla defesa, quanto ao julgamento deste Pregoeiro, no que tange a proposta da empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA.

## **5. DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, à legislação de regência, INFORMA que em referência aos fatos apresentados no recurso e tudo o mais que consta dos autos, com base no artigo 165, inciso I da Lei nº 14.133/2021, e pelos fundamentos retro mencionados, sem prejuízo de fatos ocultos aos autos até o presente momento, reconhecer o recurso impetrado e DAR-LHE PROVIMENTO, reformando a decisão proferida na sessão pública realizada no dia 19/05/2025 às 09:00 horas, ao qual habilitou a empresa FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA, declarando a mesma inabilitada do procedimento licitatório, bem como desclassificar a proposta da empresa PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA.

Destaco a necessidade de abertura de processo administrativo contra as empresas FREITAS & PORTO PARTICIPAÇÕES LTDA e PORTO & PORTO LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA, respeitando o direito ao contraditório, para aplicação de sanção nos limites e no que couber o item 28 do edital.

Macaé, 02 de junho de 2025.



Álvaro Caldeira Pimentel  
Pregoeiro